

TRIBUTOS

Com a boa vontade do PSDB nas negociações para prorrogar o imposto do cheque, governo prevê o apoio de pelo menos 55 senadores

Iano Andrade/CB



VIRGÍLIO (D) ACEITANDO UM BISCOITO DE CRIVELA: TUCANOS À ESPERA DAS CONTRAPARTIDAS APRESENTADAS PELO GOVERNO DURANTE AS CONVERSAS

Planalto faz as contas e espera aprovar CPMF

DANIEL PEREIRA
DA EQUIPE DO CORREIO

A proposta de emenda constitucional (PEC) que prorroga até 2011 a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) já não causa tanta preocupação ao governo. Graças às negociações com o PSDB, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os ministros confiam cada vez mais na aprovação do texto, o que garantirá à União, em 2008, uma fonte de receita de R\$ 40 bilhões. Logo depois de a Câmara votar a PEC, o Palácio do Planalto previa aprovação no Senado por uma pequena margem.

A aposta mais freqüente era de 51 votos favoráveis à proposta num universo de 81 senadores, ou seja, dois a mais do que o mínimo necessário. Agora, diante da iminência de um acordo com os tucanos, as papeletas do palácio apontam pelo menos 55 votos pela renovação do imposto do cheque. No grupo, estão 48 senadores de partidos da base governista, três do DEM e quatro do PSDB. Os governistas mais otimistas cogitam, inclusive, uma vitória mais folgada, por 60 votos.

O prognóstico é comungado pelo líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM). Na semana passada, o tucano disse, na tribuna da Casa, que o Senado poderia chegar à unanimidade, caso o governo negocie com seriedade e concorde com as contrapartidas apresentadas por parlamentares e governadores. As negociações estão em estágio avançado. Pautadas por "respeito" e "boa vontade", como elogiou Virgílio ontem, podem ser concluídas na próxima semana.

NO PAINEL ELETRÔNICO

• Dos 81 senadores, 53 são de partidos que apóiam o governo. O Palácio do Planalto diz que 48 dos aliados votarão pela prorrogação da CPMF, dois serão contra o tributo (Jarbas Vasconcelos e Mão Santa) e três tendem a rechaçar a renovação do imposto do cheque (Pedro Simon, Mozarildo Cavalcanti e Valter Pereira). A idéia é trabalhar para que Simon e Pereira mudem de lado

• Se a negociação com o PSDB chegar a bom termo, o governo espera contar com votos favoráveis à renovação da CPMF de pelo menos

quatro dos 13 senadores tucanos: Arthur Virgílio, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati e João Tenório

• Com 14 senadores, o DEM fechou posição pela extinção da contribuição. Mesmo assim, o governo diz contar hoje com a ajuda de três senadores do partido: Jayme Campos, Jonas Pinheiro e Rosalba Ciarlini. Nos próximos dias, com a formalização das concessões em estudo, espera que Heráclito Fortes, Eliseu Resende, Adelmir Santana e Antonio Carlos Magalhães Júnior entrem nesse grupo

Sucesso No Palácio do Planalto, impera o otimismo. Ministros dizem que o governo atenderá a maior parte dos pedidos dos tucanos. Assim, deixará os opositoristas sem condições de votar contra a prorrogação da CPMF, uma vez que foram eles mesmos que condicionaram eventual apoio ao sucesso da negociação. Ao baixar medidas de desoneração tributária e aumentar os recursos para a saúde, os ministros também afirmam que darão a parlamentares do DEM a oportunidade de aderir ao movimento.

Final, uma das bandeiras do partido é a redução da carga de impostos e contribuições. "Se o governo fizer as concessões que

todos queremos, é claro que vai se votar", afirmou o senador Heráclito Fortes (DEM-PI) na semana passada. Segundo a planilha governista, pelo menos 48 dos 53 senadores de partidos que apóiam o governo votarão pela prorrogação da CPMF. É dado como certo o voto contrário de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e Mão Santa (PMDB-PI).

Tendem a seguir o mesmo caminho de oposição os senadores Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Pedro Simon (PMDB-RS) e Valter Pereira (PMDB-MS). O governo trabalhará para conquistar o apoio dos dois últimos. Conta com a ajuda da governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius (PSDB), que é favorável

à prorrogação da CPMF, para convencer Simon. "Estou na maior boa vontade de votar com o governo, mas quero dizer que a CPMF, do jeito que está, não me dá conforto para aprová-la", declarou Pereira ontem.

Falência Se o acerto com o PSDB for selado, o governo espera contar com os votos favoráveis de João Tenório (AL) e dos três cardeais que participam das negociações sobre a CPMF: Virgílio, Tasso Jereissati (CE) e Sérgio Guerra (PE). Tenório é aliado do governador de Alagoas, o tucano Teotônio Vilela Filho, que precisa da ajuda da União para tirar o estado de uma situação semelhante à falência fiscal.

Apesar de o líder do DEM no Senado, José Agripino Maia (RN), ameaçar de expulsão os colegas que ajudarem a prorrogar a CPMF, auxiliares de Lula dizem que pelo menos três senadores se alinharão ao governo: Jayme Campos (MT), Jonas Pinheiro (MT) e Rosalba Ciarlini (RN). Os governistas lembram, por exemplo, que Rosalba é médica e sabe da importância do tributo para o financiamento da saúde. Além disso, é aliada no Rio Grande do Norte de Agripino, que não teria coragem de puni-la.

O Planalto também corteja outros senadores do DEM. Espera seduzir, além de Heráclito Fortes, Adelmir Santana (DF), Antonio Carlos Magalhães Júnior (BA) e Eliseu Resende (MG). Santana e ACM Júnior já se manifestaram em público contra a CPMF. Já a tarefa de dissuadir Resende está nas mãos de outro tucano, o governador de Minas Gerais, Aécio Neves.

proposta de Mantega. O objetivo é ir para o encontro com uma posição adiantada.

Como disse um senador da alta cúpula do PSDB, está chegando ao fim um jogo de empurra: o governo coloca sua contrapartida aos poucos, ciente de que o PSDB sempre pedirá mais. E os tucanos demoram a topar um acordo, porque sabem que o Palácio do Planalto tem margem para subir a oferta.



e-mail alon.feuerwerker@correioweb.com.br



“Tordesilhas” do poder compartilhado

O leitor tem o direito de perguntar qual é a lógica de o PSDB oferecer-se repetidamente em Brasília como tábuas de salvação ao petismo em apuros. Aconteceu na eleição de Arlindo Chinaglia à Presidência da Câmara, em fevereiro. E acontece novamente agora, na batalha pela prorrogação da vigência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da Desvinculação de Receitas da União (DRU).

Não que o governo seja incapaz de reunir, mesmo sem o aval tucano, apoio de 49 senadores para levar a CPMF e a DRU pelo menos até 2011. Mas é inegável que o endosso oficial do PSDB, se vier, dará ao Palácio do Planalto um fôlego adicional, útil para juntar aquela gordurinha, aquele excesso capaz de reduzir o risco sempre presente das traições de última hora.

Aliás, mesmo se o PSDB recusar formalmente o acordo proposto pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva, não será difícil para o presidente recolher alguns preciosos votos entre tucanos e democratas. A política séria, que envolve poder e dinheiro, não combina com o comportamento de biruta.

Se o PSDB topou, partidariamente, ir tão longe numa negociação com supostos adversários figadais, ficaria algo artificial agora um fechamento de questão contra a CPMF e a DRU, ou eventuais processos de expulsão contra possíveis dissidentes. O clima está mais para casamento do que para divórcio. E festa de casamento não é lugar para se ficar brigando.

Esta coluna começou com um pensamento solto, a partir da curiosidade intelectual sobre por que afinal gente que passa o tempo todo se estranhando junta-se na hora "h". Talvez caiba aqui, antes de tudo, uma certa autocrítica. O jornalismo tem sido capaz de expor com nitidez a rivalidade entre os políticos, seus grupos e projetos. Mas não temos sido tão competentes assim para escancarar a face não iluminada do poder. O terreno em que os donos da política não apenas concordam, mas colaboram entre si. Quando arranhamos esse universo, alcançamos apenas seus aspectos mais imediatos, superficialmente materiais.

Sabemos, por exemplo, que o PSDB está mais macio do que o Democratas na questão da CPMF porque os governadores tucanos precisam do governo federal. Mas os senadores também precisam, tanto que a proposta de acordo oferecida pelo Planalto contempla talvez mais estes do que os primeiros. E o Senado é a última trincheira de poder do ex-PFL. E todo senador sabe que exibir força política junto ao governo federal é condição indispensável para ir em frente na carreira.

Talvez seja o caso de especular se a maciez recente do PSDB não é um sinal a mais de que na política brasileira vige um "Tratado de Tordesilhas" informal. Há uma linha divisória. E os participantes do jogo asseguram um ao outro respeito e apoio político no âmbito do poder — e do orçamento — conquistado nas urnas. Por essa regra não escrita, petistas mandam em Brasília com apoio velado de tucanos. E tucanos mandam, por exemplo, em São Paulo e Minas Gerais com apoio velado de petistas. Em outras palavras, a flacidez da oposição que o PSDB faz ao governo federal só encontra paralelo na flacidez da oposição que o PT faz aos principais governos estaduais do PSDB.

O Tordesilhas original caducou por obra e graça do ímpeto expansionista dos bandeirantes. Agora, aparentemente, não corremos esse risco. Brasília, São Paulo e Minas Gerais parecem confortáveis no jogo. Há quem tente desequilibrar a balança, como no caso do dossiê aloprado às vésperas do primeiro turno da eleição para governador de São Paulo ano passado. Mas logo o sistema político dá um jeito de livrar-se do incômodo. De desembarcar os que fazem muita marola. Quem está no comando do barco não quer onda. E esse o sujeito faz marola é porque não tem barco para comandar.

Verdade que de tempos em tempos sobrevém uma crispação. No mais das vezes, isso acontece quando um fato novo acende as esperanças dos capitães sem navio. De imediato, eles movimentam-se, produzindo em geral mais calor do que luz. O tempo, porém, encarrega-se de acomodar as coisas. Como herança da batalha, sobram algumas cruces na beira da estrada. E só. O consórcio Brasil segue o seu rumo. Até a próxima sistole. Que ameaçará com o fim do mundo. Para no final não dar em nada. Talvez porque no Brasil, em resumo, ninguém esteja verdadeiramente disposto a afrontar o poder.

Tucanos ainda aguardam números

LEANDRO COLON
DA EQUIPE DO CORREIO

O PSDB aguarda para até amanhã uma sinalização do governo com os números finais da proposta apresentada pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, na quarta-feira passada. Nas últimas 48 horas, interlocutores do governo, como o ex-ministro e hoje deputado Antonio Palocci (PT-SP) e o senador Aloizio Mercadante (PT-SP),

conversaram com lideranças tucanas no Senado e fizeram um apelo para que o partido vote a favor da prorrogação da CPMF.

Os tucanos disseram que, para isso, o governo precisa entregar o quanto antes a parte final da proposta feita na quarta. O PSDB espera, principalmente, as faixas salariais que poderão deduzir do Imposto de Renda o que foi pago de CPMF durante o ano.

O líder do partido, Arthur

Virgílio (AM), pediu os dados mesmo que sejam de maneira informal, sem a necessidade de um encontro entre tucanos e governistas. Assim, pretende passar o fim de semana ao telefone com governadores, senadores e deputados do partido discutindo os números.

Virgílio quer evitar um embaço na reunião da Executiva Nacional do partido na próxima terça-feira, quando os tucanos decidirão se aceitam ou não a